



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Fls. _____

Órgão : 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais
Classe : RECURSO INOMINADO
N. Processo : **20160110052349ACJ**
(0005234-32.2016.8.07.0001)
Apelante(s) : DISTRITO FEDERAL
Apelado(s) : ALINE PAULA MARTINS DE LIMA E OUTROS
Relator : Desembargador ASIEL HENRIQUE DE SOUSA
Acórdão N. : 1024570

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF. PROCESSO ADMINISTRATIVO - REPRESENTAÇÃO. DECISÃO QUE AFETA INTERESSE DE TERCEIROS - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA - SÚMULA VINCULANTE 3 - STF - APLICAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS - NULIDADE. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA - ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Estendem-se ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, os princípios e as normas processuais que vinculam o Tribunal de Contas da União - TCU, em especial aquelas relativas ao contraditório e à ampla defesa. Aplicável, pois, a Súmula Vinculante nº 03, do Egrégio Supremo Tribunal Federal - STF, que dispõe:

"Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão."

Código de Verificação :2017ACOCly2RT8FXFDQT11LXLUN

GABINETE DO DESEMBARGADOR **ASIEL HENRIQUE DE SOUSA**

1

2. Sem que tenha mitigado o princípio do livre convencimento motivado - mais apropriadamente orientado para a produção probatória - o Código de Processo Civil de 2015, no seu art. 927, inciso II, em franco prestígio os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia, atribuiu prevalência aos precedentes ao dispor que "Os juízes e os tribunais observarão: II - os enunciados de súmula vinculante."

3. A Súmula Vinculante nº 03 garante o contraditório e ampla defesa ao interessado e eventual afetado pela atuação da Corte de Contas de que *"puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo"* que o beneficie, e não apenas ao órgão vinculado à estrutura administrativa objeto da representação.

4. Nesse contexto, a presença da Defensoria Pública no Procedimento em curso perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, na defesa da legalidade do seu ato, não afasta a necessidade de se estabelecer o contraditório e a ampla defesa com relação aos interessados no ato administrativo afeto à atuação da Corte de Contas.

5. Não se avista, de outro lado, como tenta fazer crer o recorrente, a inviabilidade da atuação dos interessados no ato objeto da atuação da Corte de Contas, **a uma** porque, no presente caso, não se está a tratar de auditoria no órgão vinculado (Defensoria Pública do Distrito Federal), **a duas** porque decisão do órgão fracionário do STF não tem a força suficiente para afastar o poder vinculativo da súmula vinculante, do seu órgão plenário, e **a três** porque o contraditório e ampla defesa podem ser viabilizado mediante notificação e defesa coletivas.

6. Assim, confirma-se a sentença que a) anulou a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal e b) determinou a implementação do pagamento da gratificação. Nesse sentido já há precedente desta Terceira Turma Recursal, em feito de minha relatoria, acórdão nº 974070, DJE 21/10/16.

7. Nas condenações sofridas pela Fazenda Pública aplica-se a correção monetária na forma do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/1997, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.960/2009, até a expedição do precatório, quando então passará a incidir o

IPCA-e, nos termos da modulação dada pelo STF, por ocasião do julgamento das ADIs 4.357 e 4.225. Nesse sentido, precedentes do TJDFT: 20120111169034APO, Rel^a Des^a Simone Lucindo; 20140110475326APC, Rel. Des. Sérgio Rocha, 20150020161010AGI, Rel. Des. Gilberto Pereira.

8. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

9. Sem custas, ante a isenção legal. Sem condenação em honorários, tendo em vista que, nos termos da Súmula 421 do STJ, os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público a que pertença.

A C Ó R D ã O

Acordam os Senhores Desembargadores da **3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, **ASIEL HENRIQUE DE SOUSA** - Relator, **FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA** - 1º Vogal, **EDUARDO HENRIQUE ROSAS** - 2º Vogal, sob a presidência do Senhor Desembargador **FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA**, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília(DF), 13 de Junho de 2017.

Documento Assinado Eletronicamente

ASIEL HENRIQUE DE SOUSA

Relator